

Série História(s) do Presente

Por Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro

Ensaio O internacionalismo assumiu múltiplas faces, nem sempre quis questionar o primado do Estado-nação e não poucas vezes representou a forma mais palatável de promover interesses egoístas. Também foi uma causa pela qual muitos dedicaram os melhores dos seus esforços, pela qual muitos sonharam para lá dos limites do imaginável

A longa luta pela cooperação

A 22 de Agosto de 1939, num mundo em assustadora desintegração, agitado pelos desvarios de Adolf Hitler e Benito Mussolini e marcado pelo desenrolar da Guerra Civil Espanhola, o australiano Stanley Melbourne Bruce, antigo primeiro-ministro do seu país e então delegado na Sociedade das Nações (SDN), assinou um dos relatórios sobre questões internacionais mais importantes do século XX. Forjado no interior de reuniões de um comité ao qual presidia e sob a direcção do secretário-geral Joseph Avenol, o relatório *The Development of International Co-operation in Economic and Social Affairs*, que ficou conhecido como “Relatório Bruce”, deixou marca não apenas naqueles turbulentos dias, mas também nas décadas seguintes. Foi um olhar para a frente quando tudo parecia recomendar o fechar de olhos.

Bruce fora já um dos responsáveis pela promoção da questão da nutrição a problema global, defendendo investigação e intervenção internacionais. Já em 1935 defendia o “casamento entre a saúde e a agricultura” na Assembleia da SDN. A acumulação de estudos desde os anos 20, nomeadamente os elaborados pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização de Saúde da SDN, que

apontavam para notórias insuficiências nutritivas a uma escala global, exigia uma resposta global. Para Bruce, era importante deixar claro que o estudo da nutrição não podia ser reduzido a uma questão de saúde: era um problema laboral e agrícola, que afectava o bem-estar das crianças e as dinâmicas educativas. A guerra iminente na Etiópia não ofuscou algumas destas ideias à época. Elas deixaram marca, reavivando anteriores iniciativas e sendo abraçadas por várias delegações.

Já em 1933, um relatório sobre nutrição e saúde pública, assente em inquéritos nacionais, fora debatido em Genebra. Era urgente enfrentar o problema. Entre outros aspectos de relevo, reconhecia-se que “em geral as populações coloniais eram subnutridas”. Nem sequer se tratava de um problema de malnutrição. Era fome, escassez de alimentos, pura e simplesmente. O novo saber do “nutricionismo”, agora com uma expressão institucional internacional, e a expansão dos serviços médicos em territórios coloniais, em parte como resultado da necessidade de responder regularmente a pedidos de informação provenientes de instâncias internacionais, confirmavam factos antigos, conhecidos e denunciados por alguns.

Nos anos 20, os esforços da SDN para



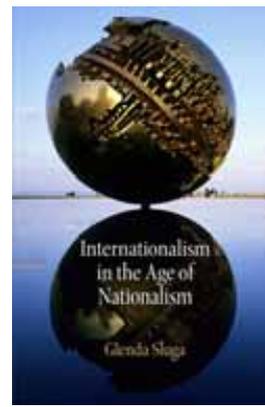
Um só mundo

Internacionalismo



FOX PHOTOS/GETTY IMAGES

Glenda Sluga
*Internationalism
in the Age of
Nationalism*
(University of
Pennsylvania Press,
2013)



Através da revisitação crítica de 12 livros, ao longo de 12 meses, a série **História(s) do Presente** recupera um conjunto de processos históricos que modelaram inequivocamente o nosso presente. Da longa persistência de modelos de organização concentracionária em “campos” durante o século XX à recorrente ameaça, proveniente de vários sectores, sobre os fundamentos racionais do conhecimento, passando pelas preocupações relativas ao crescimento demográfico ou à sustentabilidade do planeta, a série oferecerá ao leitor uma visão mais poliédrica dos passados que construíram o mundo como o conhecemos hoje. Este é o último de uma série de doze ensaios.

conhecer, regular e intervir em problemas sociais como a prostituição, o bem-estar das crianças, o tráfico de mulheres e crianças, o comércio de narcóticos ou a escravatura eram essencialmente normativos e *negativos*. Centravam-se sobretudo na tentativa de restringir, *de jure* e com inúmeras limitações, essas práticas, procurando comprometer os seus membros com normas e políticas comuns. Um dos casos mais fascinantes foi o dos relatórios escritos por Paul Kinsie para o comité especial de especialistas sobre tráfico de mulheres e crianças, nos anos 20. Kinsie era um empregado da American Social Hygiene Association, patrocinada por John D. Rockefeller. Este já tinha financiado o importante *Prostitution in Europe* (1914), da autoria de Abraham Flexner, e um outro livro, *Commercialized Prostitution in New York City* (1913), de George Kneeland. Este último comportara uma inovação significativa no estudo da prostituição, pois assentara em investigações clandestinas de tipo policial. Kinsie e a sua equipa também actuaram como agentes infiltrados, viajando por mais uma centena de cidades pelo mundo, incluindo Lisboa, entre 1924 e 1926. Entrevistaram centenas de indivíduos envolvidos no negócio da prostituição, de proxenetes a médicos, passando por polícias a políticos. *Undercover*, o próprio Kinsie esteve em cerca de 60 cidades de 30 países em três continentes, produzindo centenas de relatórios que registavam detalhadamente a sua interacção com o *submundo* da prostituição.

A SDN tinha ficado responsável pela supervisão da aplicação da convenção internacional para a supressão do chamado “tráfico branco” (1910). Em 1921, a expressão foi substituída por “tráfico de mulheres e crianças” e uma comissão técnica permanente foi estabelecida para monitorizar o problema à escala global. A delegada dos EUA na comissão era Grace Abbott, activista social norte-americana, figura ímpar na defesa dos direitos dos imigrantes e do bem-estar das crianças, incluindo em matéria de trabalho infantil. Foi ela que redigiu o memorando que propôs o primeiro inquérito internacional sobre o assunto, sugerindo o envio de agentes com “treino especial e experiência para

conduzirem investigações pessoais e não oficiais”. Tal medida era imprescindível para garantir “factos para refutar exageros sensacionais ou desmentidos gerais” sobre a existência do tráfico. Esses “factos” seriam a condição para “um programa sólido de cooperação internacional”, tendo por fim a sua supressão. Tal como sucedera com a investigação de Kneeland, a crença na fiabilidade dos dados oficiais era reduzida. O receio de possíveis bloqueios das autoridades nacionais era grande. Os *relatórios Kinsie* acabaram por alimentar o relatório da comissão, de 1927, sendo, todavia, fortemente instrumentalizados e suavizados em nome da necessidade de assegurar a continuidade da comissão e do seu projecto de intervenção global. O dilema é recorrente e não há soluções simples e perfeitas.

Os *relatórios Kinsie* foram, contudo, excepcionais. Na maioria dos casos, a capacidade de recolha de informação e de condicionamento das agendas políticas nacionais da SDN era extremamente limitada. No entanto, durante os anos 30, e apesar da cada vez mais conturbada situação política e económica global, os seus dispositivos de investigação e de intervenção sofreram ligeiras mudanças, multiplicando-se também os tópicos abordados. Por exemplo, criaram-se programas de assistência técnica e de formação e aprimoraram-se formas de conhecimento de alguns problemas, instigando a produção de informação de raiz, não dependendo apenas dos dados providenciados pelos Estados-membros.

O caso da nutrição é, novamente, um bom exemplo. A extensa dimensão da pobreza global coincidia com a existência de substanciais excedentes agrícolas, facto que precisava de ser enfrentado política e moralmente. A organização criou um comité científico com o fito de avaliar o impacto económico e agrícola de uma melhoria da nutrição a um nível global. Este efectuou inúmeras e ricas investigações, publicadas em 1936 e 1937, que demonstravam a relação umbilical entre má nutrição, pobreza e deficientes condições de saúde. Determinou parâmetros dietários mínimos, sublinhando a estreita relação entre estes e a saúde

individual e pública, o bem-estar social e a actividade económica, nomeadamente a produção agrícola. Os efeitos da depressão faziam-se sentir em vários domínios e eram necessárias respostas. O Relatório Sobre Nutrição teve um enorme impacto, tornando-se a publicação da SDN mais vendida, com várias traduções. Ao contrário do que sucedera no passado, foram tomadas medidas para amplificar os conteúdos do relatório na esfera pública internacional. Comités nacionais foram criados para pressionar em favor de reformas. Como em muitos outros casos, muitas das medidas advogadas não atingiram os seus objectivos, esbarrando em empecilhos burocráticos e diplomáticos e em incompatibilidades várias, reais e de conveniência.

Nos contextos coloniais, a “descoberta” da malnutrição esteve, em parte, ligada a intenções de aumentar a produtividade laboral e, até, à imaginação das populações locais como futuros consumidores. Frequentemente, cálculos económicos e (geo)políticos sobrepuseram-se a motivações humanitárias. Mahatma Gandhi não foi o único a perceber, com razão, como preocupações “científicas” sobre as realidades coloniais da nutrição também serviram para renovar e justificar ideologias de “missão civilizadora”.

Do *mandato dual* de Frederick Lugard (1922) e do *African Survey* (1938) de Lorde Hailey até ao argumentário desenvolvimentista dos anos 40 em diante, abraçado que foi por todos os Estados-império, foram vários os exemplos de interrogações cientificamente alimentadas que foram usadas com propósitos políticos óbvios. Mas também é verdade que o relatório de 1937 insistia no facto de as maiores necessidades se localizarem na Ásia e em África, associando-o, entre outros aspectos, às condições de trabalho coloniais. Quando a guerra começou, existiam planos para intensificar a recolha de informação nesses territórios e para aí realizar conferências. Tal só sucedeu na América Latina. Os parâmetros dietários foram usados, mas principalmente pelos beligerantes, com a Alemanha à cabeça.

Estas conclusões e orientações dos anos 30 constituíram uma referência →

... Ou nenhunhum



As lutas do internacionalismo

À esquerda, cartoon onde um soldado romano (Mussolini) confronta uma Liga das Nações entorpecida. Ao lado, cartaz “A pomba que faz Boum”, sátira anticomunista. À direita, Grace Abbott, figura ímpar na defesa dos direitos dos imigrantes e das crianças



para programas de ajuda alimentar, para regimes salariais ou para dietas escolares. Directrizes reformistas semelhantes foram assumidas em áreas como a habitação ou o planeamento urbano. Essas propostas reformistas foram rapidamente apropriadas e positivamente instrumentalizadas pelo mundo filantrópico e pelo activismo internacional e transnacional. Foram-no também por todos aqueles que visavam a reforma colonial ou ainda pelos que, como Gandhi, visavam a emancipação, denunciando a tibieza da assistência social das administrações coloniais, associadas por certo a dinâmicas várias de extracção. Mais, governaram muito da arquitectura institucional e os princípios de actuação das Nações Unidas. O seu Conselho Económico e Social foi decalcado, com pequenas mudanças, do *Relatório Bruce*. Como sucedeu com muitas outras iniciativas promovidas durante a Sociedade das Nações, tiveram um impacto positivo, que não pode ser ignorado por supostos “realismos”, mais ou menos científicos, que obliteraram partes menos ajustáveis da história.

Parte significativa desse esforço foi empreendida por homens como Bruce, visando a reforma da organização internacional no final dos anos 30, numa tentativa de aumentar a autonomia das agências sociais e económicas da SDN. Apesar da notória incapacidade política, a caminho da paralisia da organização, alguns sectores, nomeadamente os centrados em questões económicas, sociais e humanitárias, não deixavam de tentar prolongar a sua acção. É que, com dificuldades e obstáculos constantes, a organização deixara algumas impressões positivas nas últimas duas décadas. E a aparente despolitização da sua actividade podia ser benéfica politicamente.

Os anos entre 1935 e 1939 revelaram uma “renascença” das agências respectivas, como um analista escreveu poucos anos depois. O supramencionado *Relatório Bruce* mostrava como mais de metade do orçamento da SDN tinha sido entregue a projectos humanitários e sócio-económicos. A ideia de desenvolvimento já circulava, sendo pensada já como “uma estratégia de intervenção sócio-económica de larga escala”, na qual “conhecimento especializado, assistência técnica e prestação de ajuda” desempenhavam um papel crucial. Tão importante, o relatório revelava as insuficiências dos Estados “soberanos” em lidar com questões vitais de natureza sanitária, social, económica e, por certo, moral. Notava ainda sua incapacidade em responder ao “crescimento contínuo das exigências materiais e intelectuais” da humanidade.

A imaginação moral, política, social e económica do desenvolvimento da SDN marcou de modo indelével as décadas posteriores à sua liquidação. Estes factos contrariam, de modo evidente, os que, incapazes de pensar de um outro modo, a pensam numa narrativa de *falhanço*, sempre a partir de uma perspectiva no essencial profundamente a-histórica. O caso do *Relatório Bruce* é um excelente exemplo do modo como é imperioso repensar a história das organizações internacionais, corrigindo inúmeras apreciações superficiais e uma visão pobre da história, assente sobretudo na determinação de *sucessos e insucessos*.

Querem pão, damos-lhes estatística

A história mais banalizada sobre o período posterior a 1945 tende a focar-se desproporcionadamente nas dinâmicas referentes à competição bipolar que sucedeu à II Guerra Mundial. No mesmo período, seguindo a toada, o direito de autodeterminação nacional estendeu-se a todo o globo, deixando de ser um privilégio ocidental e de alguns casos excepcionais.

Todavia, há outras histórias a contar. Se muito do que sucedeu após a derrota nazi encontra precedentes no período entre guerras, a expansão de internacionalismos, a vários níveis, é uma parte deste passado que merece ser relembada. Apesar de se poder argumentar que este novo ímpeto internacionalista se deveu, ou foi profundamente modulado, pelo contexto da Guerra Fria, ele claramente obriga a reponderar o seu lugar histórico.

Não se tratou apenas da refundação de arquitectura de segurança global, corporizada na Organização das Nações Unidas, em 1945. A nova ordem eliminou barreiras “raciais” ou “civilizacionais” ao direito de se organizarem autonomamente comunidades políticas específicas e consagrou a extensão de um regime de direitos universais. Criou novas estruturas económicas multilaterais, ainda antes do fim da guerra, em Bretton Woods, em 1944. Era o resultado, consagrado na Carta das Nações Unidas, da compreensão de que as questões sociais, económicas e culturais constituíam não só um direito de toda a humanidade como representavam um pilar fundamental da paz e segurança internacionais. Boas intenções seguramente condicionadas por objectivos de natureza geopolítica, na sua acepção mais ampla, mas que não deixaram de produzir os seus efeitos. Como anunciava o candidato presidencial republicano Wendell Wilkie, no seu *best-seller*, *One World* (1940), a consciência de que existiam problemas com que se deparava toda a humanidade, e que

exigiam soluções globais, não esmoreceu com a maior mortandade que aquela tinha engendrado.

O reconhecimento destes processos não acarreta uma posição celebratória ou apologética. Muitos dos novos esforços de promover a cooperação técnica deram-se em domínios pouco atreitos a isso, como no caso da criação da Organização Internacional da Aviação Civil (1944), ou da Organização Meteorológica Mundial (1947). Mas tratava-se de um processo que era causa e consequência de uma crescente interdependência global, que se traduziu em mais do que uma duplicação de organizações internacionais entre 1940 e 1950.

Nem estas histórias estiveram isentas de percalços, disputas ou instintos menos altruístas. O caso da nutrição e alimentação, já referido, constitui um bom observatório. Ainda durante a guerra, o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt percebeu que esta seria uma questão crucial nos futuros planos do pós-guerra. A Food and Agriculture Organization (FAO) seria criada em 1945. Mas as diferenças entre os participantes, e em relação aos anos entre guerras, desde cedo se fizeram sentir. Por exemplo, os governos da América Latina queriam uma organização com reais poderes de regulação dos mercados internacionais; os EUA e o império britânico, uma mais dedicada a consultoria técnica, compilação de estatísticas e com menos poderes decisórios. Seria esta última visão que

acabaria por prevalecer, levando a que John Boyd Orr, que viria a ser o primeiro director da organização, declarasse, irritado, que as pessoas esfaimadas “queriam pão, mas eram-lhe dadas estatísticas”.

A resistência a que a organização pudesse ter poderes vinculativos em matérias como o comércio internacional de matérias-primas manteve-se, mesmo depois de a criação de uma Organização Internacional do Comércio ter fracassado. Mas, face às dificuldades, os funcionários da própria organização tiveram de a reinventar. Já com um novo director, o indiano Binay Sen, a FAO viria a criar uma das primeiras campanhas a nível global, a Freedom from Hunger Campaign, na década de 50. Envolvendo a sociedade civil, de indústrias de fertilizantes a grupos religiosos, a campanha visava alertar a opinião pública para o problema da fome no mundo. Patrocinada pelos EUA, que viam nela uma forma de granjear simpatias pelo mundo e, ao mesmo tempo, resolver o problema dos seus excedentes agrícolas, a campanha ajuda a justificar o aumento do orçamento da FAO de 7 para 83 milhões de dólares entre 1958 e 1967.

A FAO é apenas um exemplo entre muitos da transformação operada no mundo das organizações internacionais nesta época. Sem ignorar os contributos pretéritos, a capacidade de intervenção destas organizações expandiu-se, aliando aos estudos, recomendações técnicas e sistema de aferição e cumprimento de normas internacionais, um número cada vez maior de intervenções no terreno. Uma expansão que era também geográfica à medida que o Sul global, especialmente após os anos da reconstrução europeia e, depois, com o acelerar da descolonização, se tornou o seu principal palco de intervenção. A Organização Mundial da Saúde (1948), além de criar normas de vacinação uniformes internacionais, compilação de estatísticas e sinalizar focos de epidemias a uma escala global, promoveu campanhas globais como a da erradicação da malária ou da varíola, mais tarde. Também aqui a história não é simples. O balanço final da campanha de erradicação global da malária foi francamente negativo, devido a factores ligados à própria metodologia da campanha, mas também a outros como as características da doença e as realidades sanitárias locais. A da varíola, pelo contrário, seria considerada um sucesso, em muito contribuindo para a erradicação global da doença.

A acção destas organizações internacionais não se esgotava nas grandes campanhas internacionais. A troca cada vez mais regular de informações, a circulação de normas e modelos no seu seio promoviam

A importância das organizações internacionais decaiu substancialmente à medida que o século XX se aproximou do fim





ADOC-PHOTOS/CORBIS/GETTY IMAGES

Conhecimento enviesado

Prostitutas no Sudão, cerca de 1920. Nesta época, os esforços da SDN para conhecer, regular e intervir em problemas sociais como, entre outros, a prostituição eram essencialmente normativos e negativos

diálogos menos visíveis. Logo após a sua fundação, e sustentando-se nos trabalhos de antropólogos e actores estatais durante o período entre guerras, a UNESCO olhou com particular interesse para programas na África do Sul, no Brasil e no México que visavam ultrapassar as desigualdades e discriminação raciais. No caso da África do Sul, o entusiasmo esmoreceria com a afirmação do *apartheid* no final da década de 40. O modelo da “democracia racial” brasileira acabaria por também sofrer com a constatação das suas insuficiências no terreno e com a instrumentalização do seu principal ideólogo – o para nós conhecido Gilberto Freyre – pelo Estado Novo português.

O México acabaria por se assumir como um modelo de referência. Para isso contribuiu o trabalho de muitos dos seus académicos que procuravam responder à questão “indígena” nos anos 30, entre eles Jaime Torres Bodet, que lideraria a organização entre 1948 e 1952. Contribuía também uma prática política e social que pretendia substituir a “incorporação” pela “integração”, isto é, assumia que a integração plena das populações indígenas no espaço social “nacional” deveria ser feita com respeito por aspectos particulares da sua condição social, histórica e cultural. A afirmação do “modelo mexicano” seria, mais tarde, aproveitada por um sem-número de administradores e académicos franceses. Ao contrário de outras organizações internacionais, de quem o Governo francês desconfiava profundamente, a UNESCO, instalada em Paris, revelou-se instrumental na modelação de políticas coloniais francesas. Especialmente após o início da guerra na Argélia (1954), François Mitterrand, ministro do Interior, proclamou

a nova doutrina de “integração”. Para isso, nomeou Jacques Soustelle, antropólogo que fizera trabalho etnográfico no México, para governador-geral na Argélia. Soustelle pôs então em marcha um plano inspirado no modelo mexicano dos anos 30: criando programas especiais para “cidadãos franceses muçulmanos da Argélia” no domínio da educação, reconhecendo a desvantagem fundamental criada pelo racismo que governara o império em matérias sociais e económicas e que não era resolvido pela simples igualdade jurídica. A França imperial iria tão longe quanto instituir quotas para argelinos muçulmanos nas estruturas administrativas, em 1958. O mesmo modelo enformaria os tropos anti-racistas que visavam justificar a presença francesa nos três departamentos.

É importante sublinhar, novamente, que não se trata de celebrar o internacionalismo. Antes de sinalizar que ele constituiu uma realidade incontornável do século XX. Dois aspectos turvam esse olhar. Por um lado, a importância das organizações internacionais decaiu substancialmente à medida que o século se aproximou do fim. Se uma reunião técnica de qualquer organismo internacional, nos anos 50, se encontra profusamente espalhada pelo arquivo, hoje, a realidade, por exemplo, nos jornais diários é substancialmente diferente. Por outro, e à medida que a descolonização avançava, os projectos de remodelação integral de sociedades através de um meio que se queria “técnico” e “científico” começou a merecer cada vez maior desconfiança por parte das opiniões públicas ocidentais. O distanciamento do objectivo de criar um mundo mais igual em direcção a outros que davam prioridade à atenuação da pobreza, ligados a transformações da ordem

económica internacional, e a burocratização dos técnicos e dirigentes das organizações internacionais para isso contribuíram. Seria, todavia, importante, assinalar que esta transformação abriu portas até então cerradas. Como afirmava o primeiro director da OMS, Brock Chisholm, os “povos do mundo” estavam a tentar “fazer coisas que nunca pensaram tentar na história da raça humana”. Não seria expectável que os “seus esforços relativamente primitivos tivessem sucesso à primeira ou que prosseguissem sem dificuldades”.

Além do internacional

Mesmo se nos fixarmos na história da Guerra Fria, aquilo que se passava para além das relações entre Estados e dentro destes forma uma história que deve ser recuperada no seu pleno direito.

A ideia de Wilkie de *One World* acabaria por ser premonitória. E reforçada, à medida que o potencial destrutivo das armas nucleares passou a ser conhecido. Foi em torno desta questão que um dos mais importantes movimentos transnacionais da época se desenvolveu. O sentimento de vulnerabilidade suscitado pela possibilidade de aniquilação total, numa guerra fratricida, agitou os espíritos. Ao *One World* responderam Oppenheimer, Bohr e Einstein e outros cientistas com *One World or None*. O alerta para o perigo à espreita suscitava pulsões internacionalistas. Como Oppenheimer afirmava “os poderes amplamente aumentados de destruição que as armas atómicas nos deram trouxeram consigo uma profunda mudança no equilíbrio entre interesses nacionais e internacionais. O interesse comum de todos na prevenção da guerra atómica é tão grande

que eclipsa qualquer interesse puramente nacional, seja de bem-estar ou segurança”. Consequentemente, a Federation of Atomic Scientists empenhou-se na batalha do desarmamento e da utilização da energia nuclear exclusivamente para fins civis.

Não seriam os únicos. Na sequência de um teste de uma bomba de hidrogénio perto do atol de Bikini, em 1954, pelos EUA, um navio pesqueiro japonês que não fora alertado aproximou-se da zona, expondo a tripulação aos efeitos da radiação. Um poderoso movimento de base, não comunista, estendeu-se por todo o Japão, o primeiro após a guerra, pedindo o repúdio de todas as armas nucleares. Em Agosto de 1955, simbolicamente em Hiroxima, realizariam uma conferência mundial contra as bombas atómica e de hidrogénio, contando com a solidariedade, através de uma declaração, de Albert Einstein, Bertrand Russel e do físico nuclear e primeiro laureado nobel japonês, Yukawa Hideki.

Não seria este o único eixo em torno do qual movimentos transnacionais se mobilizariam no contexto da Guerra Fria. A ideia de contrariar o movimento comunista internacional com um movimento de sentido contrário, mas também multinacional, datava já de finais do século XIX e adensara-se após a revolução russa de 1917. Com o início do conflito bipolar, projectos deste género multiplicaram-se. Um deles foi o Comité Europeu para a Paz e Liberdade, com filiais em França, na Alemanha, em Itália ou na Turquia. Investidos em criar uma “NATO espiritual”, os diversos grupos locais coordenaram acções conjuntas na batalha política e ideológica global. Tinham, seguramente, origens diversas. Enquanto o Paix et Liberté francês fora patrocinado pelo afamado René Pleven e contava com antigos membros da resistência e colaboradores do círculo do ex-comunista, então anticomunista, Boris Souvarine, o seu congénere alemão tinha na sua liderança o ex-braço direito de Joseph Goebbels e nas suas fileiras vários antigos nazis. Envolveram-se em acções concertadas que visavam desacreditar o comunismo internacional. Publicaram cartazes icónicos como o da “Pomba que faz Boum”, atacando os movimentos pela paz mais ou menos ligados à União Soviética. Mas as diferenças faziam-se sentir. Num cartaz francês em que se convidava os observadores a visitar a União Soviética, “país da liberdade”, sugeria-se que aproveitassem os “campos de férias... soviéticos”. A ideia foi repetida na Alemanha, mas sem a imagética mais explícita francesa, que remetia para os campos de concentração nazi.

Na Ásia, face à vitória da revolução chinesa, aos conflitos na Coreia e



Entrevista Sandrine Kott Professora de História Europeia Contemporânea na Universidade de Genebra, é uma das mais reputadas especialistas na história do Estado social e das relações de trabalho na Europa

Por Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro

Indochina, à “insurgência” na Malásia, foi criada a Liga Anticomunista dos Povos da Ásia (1955), patrocinada por Chiang Kai-Shek e Sygman Ree. Seria esta a principal impulsionadora da criação da Liga Anticomunista Mundial (1966). Mais conhecida seria a Confederação Anticomunista Latinoamericana (1972). Ligada aos esquadrões da morte que começavam então a ganhar destaque no continente e a vários serviços militares e de *intelligence*, a confederação protagonizou várias acções bem mais enérgicas. A operação levada a cabo por agentes da missão *Condor* que levaria ao assassinato de Orlando Letelier, antigo ministro de Salvador Allende, em 1976, nos EUA, contou com o esforço intermediário da confederação. Investida em derrotar os movimentos da Teologia da Libertação e inclusive o Concílio Vaticano II, e o Papa Paulo VI, por transigir com forças heréticas, a confederação, pelo menos através da sua delegação na Bolívia, deu instruções para colaborar com as instituições militares na denúncia de actividades suspeitas, especialmente de padres estrangeiros, num contexto marcado por vários homicídios desta natureza na América Latina e Central.

Servem estes exemplos para sublinhar um aspecto que continua a ser desvalorizado nas narrativas históricas sobre o século XX: se este é o século da afirmação do Estado-nação enquanto instância modelar de organização sócio-política, corresponde também à afirmação de múltiplas modalidades de internacionalismo. São as ideologias gémeas do século, e especialmente do liberalismo, como afirma Glenda Sluga em *Internationalism in the Age of Nationalism*. A história da coexistência e da competição entre as duas mundivisões não é excluyente, muito menos simples. Como procuramos mostrar neste texto, o internacionalismo assumiu múltiplas faces, nem sempre quis questionar o primado do Estado-nação e não poucas vezes representou a forma mais palatável de promover interesses egoístas. Também foi uma causa pela qual muitos dedicaram o melhor dos seus esforços, pela qual muitos sonharam para lá dos limites do imaginável. Como historiadores, a nossa função é não a ignorar. A sociedade em geral melhor faz se não se deixar aprisionar em antigos tropos sobre perversas e gigantescas conspirações que se traduzem, no quotidiano, num expediente para o destrato de cidadãos diferentes, frequentemente os mais frágeis e desprotegidos.

Os autores da série História(s) do Presente são investigadores do Centro de Estudos Sociais — Universidade de Coimbra

“É ilusório pensar que o Estado-nação constitui um casulo protector contra a globalização”

Sandrine Kott tem uma obra extensa e de referência na história do Estado social e das relações de trabalho na Europa, sobretudo em França e na Alemanha. Recentemente co-editou *Globalizing Social Rights. The International Labour Organization and Beyond* (2013) e *Nazism across Borders* (2018). É ainda autora de *Day to Day Communism. State Enterprises in East German Society* (2014). **O internacionalismo tem sido um tópico negligenciado na história. Tal tem mudado recentemente. O que explica uma e outra coisa?**

Durante muito tempo, os historiadores cujas carreiras e redes profissionais se organizavam estritamente à escala nacional, negligenciaram o internacionalismo como realidade ideológica, social e política. Hoje, os estudos em torno deste tema têm-se multiplicado e assumido várias formas, reflectindo não só a internacionalização da profissão, mas também novas preocupações. Em resposta à globalização económica que vivemos, os historiadores da economia têm produzido múltiplos trabalhos sobre as interligações económicas e sobre a financeirização global. Ainda assim, é verdade que os historiadores da economia contemporânea trabalham muitas vezes sobre períodos mais recentes e interessam-se mais pelas questões financeiras do que pelas trocas comerciais. *C'est dans l'air du temps*. **On se nota mais esse interesse recente?** É sobretudo no campo da história social, cultural e política que a atenção dada à dimensão internacional levou a uma forte renovação das abordagens analíticas. Certos temas tradicionalmente estudados no

contexto nacional, como a imigração ou as guerras, passaram a ser tratados do ponto de vista internacional. Os historiadores privilegiam cada vez mais o estudo de fluxos migratórios a partir dos países de origem, ou de fenómenos de hibridização, relativamente às análises das legislações nacionais sobre a imigração ou às formas de integração num espaço nacional delimitado. Da mesma maneira, as guerras, tradicionalmente estudadas sob o ângulo duma expressão agudizada do nacionalismo, que elas de facto são, podem também ser vistas como momentos de troca internacional. Numa perspectiva de “conhecer o seu inimigo”: os governos dos países em guerra inspiraram-se mutuamente na planificação das suas economias de guerra, por exemplo. Por outro lado, a constituição de organizações internacionais após as guerras decorre certamente do objectivo de preservar a paz, mas é também fruto das trocas que tiveram lugar entre as forças beligerantes durante os conflitos. As associações e organizações internacionais que durante muito tempo foram negligenciadas pelos historiadores tornaram-se, por isso, objectos ou terrenos de investigação particularmente populares. **O internacionalismo nunca foi incompatível com projectos nacionalistas e com a ideia de um “mundo de nações”. Porquê?** O século XIX marcou a emergência e a consolidação das nações na Europa ocidental, tanto na definição daquilo que elas incluíam como daquilo que elas excluía. Ora, é neste mesmo período que se difundem os projectos internacionalistas, como as associações e organizações internacionais. Esta concomitância revela de facto uma relação complexa entre o nacionalismo e o internacionalismo. O

nacionalismo é ele mesmo um projecto internacional, na medida em que se impõe como um modelo universal de organização política durante o século XX. É, aliás, a generalização do modelo de Estado-nação que torna possível, mas também necessária, a criação de associações e de organizações internacionais.

O carácter internacional destas associações e organizações define-se pelo facto de elas constituírem espaços onde representantes (oficiais ou não) de estados diferentes se encontram de forma regular para discutir questões que vão além do perímetro nacional. Nestes espaços internacionais, as lógicas nacionais estão duplamente presentes: por um lado, os representantes nacionais defendem os interesses específicos dos seus governos nacionais, por outro, funcionários, especialistas internacionais, e até mesmo activistas obtiveram as suas formações em espaços nacionais, onde não raramente se ligaram de forma estreita a redes nacionais de origem.

Isto não impede, contudo, a emergência de projectos e lógicas internacionais. Estes inscrevem-se na formulação de causas cuja dimensão internacional está menos ligada ao facto de elas serem defendidas por actores de várias nações do que ao facto de elas apresentarem uma mensagem que é global: as associações contra a escravatura no final do século XVIII são disto um caso exemplar. Na sua maioria de origem anglo-saxónica, elas defendem uma mensagem que é universal e que as torna “internacionais”. Hoje, as associações de defesa dos direitos humanos ou do ambiente, de um modo geral centradas no Ocidente no que à criação e composição diz respeito, assumem-se





DR

como “internacionais”. Além disso, tanto nas organizações intergovernamentais como nas associações internacionais, funcionários, especialistas internacionais e activistas elaboram análises e métodos de trabalho que se inspiram em diferentes culturas nacionais e se enriquecem mutuamente. Criam-se assim normas e soluções internacionais que podem posteriormente servir de inspiração aos decisores nacionais, e das quais diferentes grupos sociais, em contextos nacionais diversos, se podem apropriar. **São, portanto, realidades interdependentes?**

De tudo isto decorre claramente que o nacionalismo e o internacionalismo são realidades co-construídas e que, contrariamente ao que certos discursos nacionalistas afirmam, o internacionalismo não constitui de forma nenhuma uma ameaça contra o Estado-nação ou contra as identidades nacionais. Pelo contrário, permite um espaço de expressão e de enriquecimento. **O internacionalismo tem sido tradicionalmente associado a projectos “liberais” ou “socialistas”, mas existiram (e existem) várias modalidades de internacionalismo. Pode falar-nos um pouco sobre esta diversidade de processos históricos?**

Os historiadores trabalharam inicialmente sobre os projectos liberais e socialistas porque, surgindo de certa forma com os Estados-nação, são os primeiros a apresentar-se aberta e claramente como internacionalistas. São, aliás, o espelho um do outro. Se Marx propunha que os proletários não tinham pátria e que se deviam organizar internacionalmente, isso decorria de o capitalismo liberal ser, também ele, internacional. Estes dois

projectos organizam-se em modalidades políticas precisas: grandes associações internacionais multiplicam-se ao longo do século XIX. Do lado socialista, está a Associação Internacional de Trabalhadores, criada em 1864, e mais tarde a Internacional Socialista, criada em 1889. Do lado liberal, verificamos uma multitude de congressos, movimentos e associações que geram, a partir do século XIX, mas sobretudo no início do século XX, grandes organizações internacionais.

Como a Sociedade das Nações...

A Sociedade das Nações (SDN), fundada em 1919, no seguimento da I Guerra, e que precede a Organização das Nações Unidas, exclui inicialmente a então nova União Soviética e todos os países colonizados (excepto a Índia) da possibilidade de adesão. O seu internacionalismo era estritamente limitado pela forma como as grandes potências ocidentais vitoriosas o concebiam. A SDN é rodeada por uma multitude de organizações e associações internacionais que se inspiram igualmente numa visão liberal do mundo e que são dirigidas pelas elites sociais desses mesmos países. Neste contexto, os comunistas criam um internacionalismo concorrente fortemente centrado na defesa da União Soviética como primeiro país comunista. O movimento comunista internacional organiza, ademais, populações trabalhadoras numa miríade de organizações e permite a participação aos povos colonizados. Esse internacionalismo concorrente, que consegue atrair uma parte dos países recentemente descolonizados, constitui uma verdadeira alternativa e abre a porta à contestação do projecto liberal, favorecendo soluções de terceira via. Contudo, ao longo da década de 1970, as patentes falhadas da economia

planificada, assim como a denúncia repetida de desrespeito pelas liberdades e direitos humanos, enfraquecem consideravelmente o projecto universalista comunista. O projecto internacionalista que dele decorre perde assim, e de forma definitiva, a sua força de atracção.

Os projectos internacionalistas não começam ou terminam nessas duas manifestações. Pode dar exemplos?

Há outras formas de internacionalismo. O mais antigo e mais poderoso é o internacionalismo cristão que se organiza de maneira centralizada no catolicismo ou em redes mais difusas no caso do protestantismo. Além da mensagem universal largamente difundida no mundo, o cristianismo ou o islão, que são religiões prosélitas, também inspiraram a criação de múltiplas associações internacionais, especialmente de carácter caritativo, mas não só. Ao longo do século XIX, por exemplo no campo sindical, estas associações podem mesmo produzir um internacionalismo rival dos dois primeiros.

Finalmente, os historiadores têm-se debruçado sobre o internacionalismo fascista e de extrema-direita. Eles mostraram, como demonstram hoje as iniciativas de Steve Bannon, que, apesar do seu nacionalismo declarado, os movimentos de extrema-direita estão estreitamente ligados e que os seus líderes mantêm diálogo constante entre si. Os movimentos e governos populistas ou de extrema-direita inspiram-se também uns nos outros na formulação das suas agendas políticas. O salazarismo português serviu de inspiração a outros regimes cristãos e conservadores a partir dos anos 30. Os nazis, por seu turno, criaram organizações e movimentos internacionais que eles utilizaram sobretudo para tentar difundir o seu modelo de organização política e social. O internacionalismo nazi é uma forma disfarçada de imperialismo, como mostram as organizações internacionais que ele inspira, todas centradas em torno da celebração do Grande *Reich* alemão.

Esta diversidade lembra-nos que o internacionalismo é, tal como o nacionalismo, um instrumento de inclusão, mas também de exclusão, e até de discriminação.

Nas últimas décadas tem trabalhado sobre a história da “globalização dos direitos sociais”. Quais são os seus aspectos fundamentais?

A questão dos direitos sociais constitui uma belíssima ilustração da dialéctica complexa que une o nacionalismo e o internacionalismo e dos efeitos perversos do discurso nacionalista. A partir do primeiro terço do século XIX, alguns grandes

industriais, preocupados com a necessidade de uma mão-de-obra qualificada e em boa saúde, procuraram limitar e enquadrar o trabalho das crianças e das mulheres, dois grupos excluídos das organizações políticas e sindicais e por isso impossibilitados de se fazer ouvir. Eles consideraram, contudo, que a regulação do trabalho num só país iria prejudicar a concorrência entre as empresas e defenderam por isso uma legislação social de cariz internacional. Na segunda metade do século XIX, os países industrializados da Europa ocidental adoptaram progressivamente medidas sociais que protegiam os trabalhadores assalariados, a fim de evitar uma exploração excessiva da mão-de-obra, que poderia colocar em perigo a população e, portanto, o próprio Estado-nação. Eles exploraram medidas legislativas que favorecessem o desenvolvimento do diálogo social e que evitassem revoltas e revoluções. Através de programas de segurança social e diferentes formas de responsabilização do estado por necessidades fundamentais, acabaram por gerar processos de redistribuição social.

Que explicam a emergência dos Estados sociais...

Estas legislações sociais nacionais deram origem aos Estados sociais, os quais permitiram o reforço dos laços sociais entre os que eram beneficiados pelos programas de protecção, além de contribuírem fortemente para a construção nacional, incluindo as populações beneficiárias e excluindo as outras. É com este pano de fundo que os discursos populistas actuais insistem no facto de o Estado-nação constituir um casulo protector para as populações fortemente afectadas pela globalização, ao mesmo tempo que rejeitam quem, segundo eles, beneficiariam de forma ilegítima das vantagens desse casulo.

Quão “nacional” é o direito laboral de cada país?

Importa lembrar que as legislações nacionais na Europa e no mundo foram elaboradas numa conversa internacional. As soluções implementadas diferem entre países, mas organizam-se em torno de um número de modelos simples, elaborados através de discussões em arenas internacionais e posteriormente difundidos. A concorrência virtuosa entre as nações tem aqui um papel muito importante. É verdade que as normas sociais internacionais, como as da Organização Internacional do Trabalho ou as mais recentes da Comissão Europeia, não se impõem de forma automática aos governos nacionais, mas servem de quadro de referência e grupos nacionais podem apropriar-se delas.

Tradução de Tiago Moreira Ramalho

